

Economia solidária e emancipação de mulheres: um estado do conhecimento

Solidary economy and women emancipation: a state of knowledge.

Recebido: 18/05/2024 | **Revisado:** 27/05/2024 | **Aceito:** 29/05/2024 | **Publicado:** 08/02/2025

Kelly Aline Hipólito de Medeiros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9408-2067>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
E-mail: kellyalinem@gmail.com

Cristiane de Brito Cruz

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0494-5696>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
E-mail: cristianebrito1978@gmail.com

Como citar: MEDEIROS, K. A. H.; CRUZ, C. B. Economia solidária e emancipação de mulheres: um estado do conhecimento. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 01, n. 25, p.1-22 e-17066, fev. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

Resumo

Esta é uma pesquisa qualitativa que buscou realizar um Estado do Conhecimento (Morosini e Fernandes, 2014) sobre mulheres, extensão e economia solidária com enfoque na busca de trabalhos que tratem sobre a emancipação de mulheres. Nosso aporte teórico trata de Economia Solidária (ES) (Singer, 2022; Culti, 2007); violência contra as mulheres (Piedade, 2017; Butler, 2021; Saffioti, 2015); Mulheres e Economia Solidária (Guérin, 2005); Emancipação (Adorno, 2000; Freire, 1983) dentre outros. Das 47 pesquisas encontradas, 9 discutiam emancipação. Concluímos que a ES atua como forma de transformar a vida de mulheres através do aumento de autonomia, empoderamento e emancipação.

Palavras-chave: mulheres; economia solidária; emancipação; estado do conhecimento.

Abstract

This is qualitative research that aims to bring a State of Knowledge (Morosini and Fernandes, 2014) on women, extension and solidarity economy focusing on researches that discuss the emancipation of women. Our theoretical contribution deals with Solidarity Economy (SE) (Singer, 2022; Culti, 2007); violence against women (Piedade, 2017; Butler, 2021; Saffioti, 2015); Women and Solidarity Economy (Guérin, 2005); Emancipation (Adorno, 2000; Freire, 1983) among others. Of the 47 studies found, 9 discussed about emancipation. We conclude that SE acts as a way of transforming women's lives by increasing autonomy, empowerment and emancipation.

Keywords: women; solidarity economy; emancipation; state of knowledge.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento do capitalismo após a Revolução Industrial as sociedades passaram por mudanças profundas. Esse modo de produção foi enfrentando crises que acabaram por aprofundar as diferenças entre as classes sociais de modo a trazer para as classes vulnerabilizadas desemprego, fome, miséria. Segundo Cavaignac (2018), o neoliberalismo e o neoconservadorismo acabam por trazer desigualdades sociais que afetam direitos sociais da população mais vulnerabilizada, que é vítima de uma série de discriminações e violências de gênero, étnico-raciais, de classe, dentre outras. Tais populações tentam garantir sua sobrevivência, organizar-se politicamente e resistir a esses modelos de sociedade e ao modo de produção capitalista produtor de desigualdades e de desemprego. Essa população que fica à margem da sociedade luta contra uma minoria concentradora de riquezas e busca “disputar o fundo público em defesa de políticas sociais mais amplas e universais, bem como lutar pela efetivação da democracia, que tende a ser posta sob ameaça em contextos de crise” (Cavaignac, 2018, p.13). O capitalismo é ainda mais cruel no que diz respeito às mulheres.

Apesar da extinção da escravidão e da igualdade de direitos conquistadas com muita luta, as desigualdades raciais e a discriminação persistem até hoje, assim como as desigualdades entre os sexos, inclusive nos países onde os direitos das mulheres são garantidos. [...] O status econômico e social de um indivíduo ainda é amplamente determinado pelo sexo e pela categoria racializada à qual pertence ou se supõe que pertença. [...] é preciso se voltar para o aspecto das normas sociais para explicar essa persistência e compreender a defasagem entre as expectativas e os resultados em matéria de igualdade. (Périvier, 2023, p.33).

A dor das mulheres negras é maior por causa do racismo. Piedade (2017, p.18) afirma que essa dor foi “cunhada pela escravidão. A escravidão deixou marcas profundas, marcas que ainda vivenciamos. E, séculos depois da ‘Abolição’, sentimos [essa dor]”. Além do preconceito de cor, o racismo se utiliza de diversas estratégias para manter o privilégio branco, já que “A escravidão violentou nossos direitos, nossa língua, cultura, religião, nossa vida [...]” (Piedade, 2017, p. 19).

A violência sofrida pelas mulheres, principalmente pelas mulheres negras, e a perspectiva de desemprego – que acomete mais as mulheres (Piedade, 2017) – acabam levando-as a ocuparem empregos com salários mais baixos e à informalidade. Como forma de sobrevivência muitas dessas mulheres buscam a Economia Solidária. De acordo com Singer (2022),

A economia solidária é um programa de organização de todo tipo de atividades econômicas que tem por base a plena igualdade de direito de todos os participantes da produção, comercialização e distribuição de bens e serviços. Na economia solidária, os meios de produção são propriedade coletiva dos sócios, que administram em autogestão: cada trabalhador tem direito a um voto, e as decisões são tomadas

por consenso ou – quando este não é possível – por maioria de votos. Funções de direção e coordenação são exercidas por sócios eleitos para mandatos de poucos anos, e o rodízio no preenchimento desses cargos é frequentemente obrigatório por dispositivo estatutário (Singer, 2022, p.215).

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são os coletivos de trabalhadores que exercem atividades econômicas próprias da Economia Solidária (ES). Segundo Abegão (2018), a base que compõe um empreendimento solidário se organiza em três eixos: atividade econômica, cooperação produtiva e autogestão. O autor argumenta que os EES possuem capital social que é coletivo e os resultados financeiros obtidos, quer sejam sobras ou prejuízos, devem ser compartilhados de forma igualitária entre seus sócios. Como os EES não se baseiam na questão lucrativa, a relação de trocas com seus clientes baseia-se, dessa forma, pelo princípio do preço justo. O autor diz que um EES “deveria ser visto como uma comunidade, em que o exercício da autogestão para o desenvolvimento de uma atividade econômica se configuraria como sua dinâmica (Abegão, 2018, p.242).”

Guérin (2005) afirma que muitas mulheres buscam na economia solidária angariar recursos para preencher seu tempo livre e socializar, porém, não se garante uma igualdade real devido a: “o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e, por fim, a desigualdade na divisão das obrigações familiares” (Guérin, 2005, p.17). A ES pode promover igualdade entre os homens e mulheres, na melhoria da articulação entre vida pública e privada e busca forma arenas públicas de discussão na qual mulheres podem utilizar suas vozes subalternizadas e reivindicar, junto às autoridades públicas, a resolução de seus problemas e necessidades básicas.

Hillenkamp (2017) afirma que a trajetória de homens e mulheres na ES ocorreu de forma distinta e que foi a partir de organizações autônomas – como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais fundado em 1980 no Brasil – que “as demandas específicas das mulheres, como a educação, a saúde e a luta contra a violência, começaram a surgir” (Hillenkamp, 2017, p.55). Tais grupos se multiplicaram e as mulheres geravam renda “complementar” em contexto de desemprego masculino e migração e os grupos “revelam dois fatores inéditos: a constituição de espaços femininos, e não mais mistos, dando lugar mais facilmente à voz das mulheres; e o fato de terem apoio de novas ONGs feministas” (Hillenkamp, 2017, p.55).

Para Hillenkamp (2017, p.56) a ES pode criar “condições, ideológicas e materiais, para que a solidariedade entre as mulheres possa atuar como um fator de emancipação e não de autoexploração” e ela espera que esta prática econômica possa vir a ser “um movimento contra-hegemônico da sociedade civil” (Hillenkamp, 2017, p.57).

O objetivo desta pesquisa é trazer a produção do conhecimento sobre mulheres, economia solidária e extensão. A categoria emancipação surge a partir da leitura dos trabalhos e se configura como categoria emergente de análise. Optamos por investigar a relação entre economia solidária e mulheres e queríamos identificar qual a relação da extensão universitária com a economia solidária porque é através da extensão que muitas instituições públicas federais realizam assessoramento de

empreendimentos de economia solidária e em muitos desses empreendimentos existe a presença maior de mulheres.

2 ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA, EXTENSÃO E MULHERES

No presente estudo tratamos de um Estado do Conhecimento realizado a partir de trabalhos acadêmicos que discutem Economia Solidária (ES), Extensão e Mulheres. Para Morosini e Fernandes (2014, p. 155) o Estado do Conhecimento é um processo investigativo que envolve “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

A pesquisa foi realizada de dezembro de 2022 a fevereiro de 2023 nos seguintes repositórios: Portal de Periódicos da CAPES, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Portal de Periódicos SciELO e portal Domínio Público. Para tanto, foram utilizados os descritores da tabela 1.

Tabela 1: Descritores e quantidade de pesquisas encontradas

	Descritor	qtd
1	"Economia Solidária" AND "Educação Profissional" AND "Extensão Tecnológica"	0
2	"Economia Solidária" AND "Educação Profissional" AND "Extensão"	0
3	"Economia Solidária" AND "Extensão Tecnológica"	0
4	"Economia Solidária" AND "Educação Profissional"	11
5	"Economia Solidária" AND "Extensão"	116
6	"Economia Solidária" AND "Extensão" AND "Gênero"	4

Fonte: Autoria própria, 2023.

Os descritores foram escolhidos em razão da intenção de investigar a relação entre a Educação Profissional e a Economia Solidária e, de acordo com Varanda e Cunha (2007), IADH (2011) e Soltec (2017)¹ a maioria dos EES são assessorados por incubadoras vinculadas à extensão (universitária e/ou tecnológica). Foram descartados desse total arquivos não encontrados, repetidos ou aqueles que não tinham relação com as dimensões de análise: Economia Solidária, Extensão e Mulheres. Dentro da categoria *Economia Solidária* buscamos em cada arquivo as palavras relacionadas: economia social, solidariedade e empreendimento social; para a categoria *Extensão* pesquisamos extensionismo, universidade e incubação e, por fim, para a categoria *Mulheres* pesquisamos as palavras gênero, feminino, feminista, feminismo. A partir da leitura flutuante dos resumos (69 artigos; 50 dissertações e 12 teses) e exclusão das pesquisas que não faziam a interseção das dimensões

¹ Os estudos citados são avaliações de empreendimentos de economia solidária em todo o Brasil a partir do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) estruturado em 2003 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – regulamentado pelo Decreto 7.357/2010 – que constataram que os EES tinham assessoria de incubadoras ligadas à extensão nos percentuais de 63% (Varanda e Cunha, 2007); 73,5% (IADH, 2011) e 51,6% (SOLTEC, 2017).

Economia Solidária, Extensão e Mulheres, restaram 47 pesquisas: 25 artigos, 19 dissertações e 3 teses a serem analisadas.

Em relação ao gênero, o quantitativo total de nomes masculinos foi de 26 e de nomes femininos foi de 75, o que corresponde a cerca de 25,74% e 74,25%, respectivamente. É pertinente observar que as questões de gênero agregadas à discussão sobre economia solidária e extensão acabam por levantar maior curiosidade nas mulheres.² Ao compormos maior número nos estudos sobre questões de gênero, extensão e economia solidária, reforçamos a ideia de que queremos resistir à invisibilização a que somos submetidas constantemente. Perez (2022) afirma que o masculino passou a ser visto como universal, o que relega às mulheres condição de minoria – mesmo se tratando de metade da população mundial. Para a autora “As mulheres são encaixadas nesse contexto para serem esquecidas. Ignoradas. Dispensáveis – para a cultura, para a história, para os dados. Assim, as mulheres tornam-se invisíveis” (Perez, 2022, p.40). Acreditamos que essas pesquisas com foco em mulheres não podem ser dispensáveis, ignoradas, invisibilizadas.

Em relação às palavras-chave, os 47 trabalhos trouxeram um total de 168 palavras-chave – contendo de 3 a 5 palavras ou expressões. A nuvem de palavras a seguir mostra as palavras-chave mais citadas:

Figura 01: Nuvem de palavras.



Fonte: Autoria própria, 2023.

As palavras mais frequentes estão relacionadas aos descritores *Economia Solidária*, *Mulheres* e *Extensão*, com 26, 12 e 9 ocorrências, respectivamente. Muitas das pesquisas trazem trabalhos relacionados a algumas incubadoras o que demonstra que o processo de *incubação* está diretamente ligado à Economia Solidária. Culti (2007) afirma que as incubadoras universitárias são locais nos quais se envolvem docentes, discentes, técnicos e pesquisadores “bem como programas internos existentes nas universidades para desenvolverem pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária [...]” (Culti, 2007, p.20).

² Talvez haja mais pesquisadoras do gênero feminino – como mulheres transgênero e travestis nos trabalhos – as que não modificaram seus registros civis e publicaram por nomes masculinos. Discutem sobre: gênero Bento (2008), Butler (2021) e Saffioti (2015) e sobre transfeminismo: Nascimento (2021).

A palavra-chave *emancipação* ocorreu 6 vezes junto à variação “emancipação feminina”. Para Adorno (2000, p.142), *emancipação* “significa o mesmo que *conscientização*, *racionalidade*. Mas a realidade sempre é simultaneamente uma comprovação da realidade, e esta envolve continuamente um movimento de adaptação” (Adorno, 2000, p.142, grifos nossos).

Para o autor, concretiza-se a *emancipação* se as pessoas interessadas “orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a *contradição* e para a *resistência*” (Adorno, 2000, p. 182, grifos nossos). Por essa razão, observamos a pertinência dos trabalhos sobre ES direcionarem suas análises para discutir acerca da emancipação dos indivíduos trabalhadores de associações, cooperativas e coletivos de ES, o que muitas vezes se dá a partir das capacitações, cursos realizados em processos de incubação. Maar (2020, p.12), ao analisar a educação em Adorno, declara que ele defende a educação (e a sociedade) enquanto pensamento para o “devir”, capaz de “interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo, emancipatório, do movimento de ilustração da razão”.

Dentre outras palavras-chave destacamos *Divisão Sexual do Trabalho*, que ocorreu 4 vezes, não consta na nuvem de palavras, mas sinaliza a perspectiva de gênero que buscamos na pesquisa.

A ES se efetiva a partir de determinadas condições específicas. Nas 47 pesquisas analisadas listamos tais condições na seção 2.1 a partir da leitura dos trabalhos e optamos metodologicamente por analisar mais detidamente o princípio da *emancipação*, presente em 09 dos 47 trabalhos que iremos analisar na seção intitulada Mulheres, Emancipação e Economia Solidária.

2.1 CONDIÇÕES PARA UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA IDEAL.

Ao analisar os trabalhos sob as dimensões *Economia Solidária*, *Extensão* e *Mulheres* e, a partir da leitura de autores como Singer (2002, 2007, 2022), Addor e Laricchia (2018), Dagnino (2010), entre outros, observamos que, para que a Economia Solidária se efetive de maneira ideal, existem atores, situações e condições que devem estar presentes para fomentar esse tipo de economia, que são: *as parcerias*, *as políticas públicas*, *a educação*, *o fomento*, *os trabalhadores solidários* e *os princípios* da economia solidária.

As *parcerias* público-privadas acabam por fomentar a economia solidária com financiamentos, assessorias, capacitações e podem fazer a ponte, inclusive, entre o EES e as *políticas públicas* específicas para a ES nas cidades, estados e nacionalmente. Além de comunidade; igrejas; Organizações Não-governamentais (ONGs); organismos internacionais; setor privado; e, no setor público, as fundações das Instituições de Ensino Superior (IES) e do Poder Executivo (municipal, estadual e federal) uma das formas de ajudar é por meio da *Assessoria Técnica* prestada a Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e de seus técnicos – professores, técnicos e estudantes – que podem ser feitas tanto por intermédio das IES como por agentes externos que têm mais conhecimento com os trabalhadores solidários.

A força dos EES está nos *trabalhadores solidários* na perspectiva de realizar a autogestão, manter o princípio da porta aberta, realizar as assembleias, dentre outras atividades, além dos técnicos das incubadoras. Singer (2022) afirma que na formulação de políticas públicas os agentes têm de promover tanto o estudo *acadêmico*, para descobrir a problemática social que deve ser solucionada, quanto a *pesquisa-ação*, que, segundo ele, pode levantar as questões mais objetivas das populações, suas reivindicações, plataformas, bandeiras de luta etc. Está aí a importância da *educação* que é feita além disso: as capacitações dos trabalhadores solidários e equipes técnicas; os cursos ofertados sobre ES; as disciplinas e cursos nas IES que tragam a temática da Economia Solidária além de projetos de pesquisa e extensão que possam atender os EES.

Leis e decretos, além de programas e projetos nas esferas municipal, estadual e federal, contribuem com o fomento à ES realizando ações que estimulem, favoreçam com que os EES possam realizar seus trabalhos solidários, como comercialização, divulgação, eventos, incubação, campanhas, assessoria técnica e crédito facilitado.

De acordo com o documento *Economia Solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social*, produzido pelo Ministério do Trabalho (MTE) (Brasil, 2007), os *princípios* da Economia Solidária são a *autogestão*; a *democracia*; a *cooperação*; a *centralidade do ser humano*; a *valorização da diversidade*; a *emancipação*; a *valorização do saber local*; a *valorização da aprendizagem*; a *justiça social na produção*; e, por fim, o *cuidado com o meio ambiente*.

Os princípios da *autogestão* e da *emancipação* são interdependentes – trabalhadores e trabalhadoras emancipados/as provavelmente hão de exercer uma autogestão mais eficiente. A *cooperação* está relacionada à *democracia*. Desenvolver a democracia é estabelecer um ambiente onde todos tenham vez e voto, cooperem entre si para que todos possam se emancipar. Nesse sentido, os princípios de *centralidade no ser humano* e *justiça social* estão interconectados.

2.2 EMANCIPAÇÃO

A maioria dos trabalhos analisados relaciona as dificuldades dos *trabalhadores* das cooperativas (associações, grupos, coletivos). Das 47 pesquisas analisadas, 85% dos casos – 40 pesquisas – tendem a responsabilizar o insucesso dos EES aos trabalhadores solidários. Apenas 15% delas culpabiliza a equipe técnica de incubadoras e agentes externos – 7 pesquisas no total.

Culti (2006, p. 179) afirma que “não se pode dizer que só o outro (cooperado) tem dificuldades e o educador não”. Por sua vez, Freire (2017, p. 159) diz que o educador “deve despojar-se de qualquer academicismo ou bacharelismo [...] e debater com o homem estes problemas que, de modo geral, ele tem consciência, mesmo ingênua (Freire, 2017, p.159)”. A educação, na busca para uma Economia Solidária ideal, há de levar em conta não só uma boa *capacitação* de trabalhadores solidários, mas uma perspectiva de um bom preparo da equipe técnica das incubadoras.

Tanto Freire (1979) quanto Adorno (2000), ao falar de educação, apontam caminhos para que ela seja uma educação libertadora, que trabalhe na perspectiva

da *dialogicidade* e que busque a *emancipação* das pessoas. O educador Paulo Freire atuava na educação das pessoas mais pobres e vulnerabilizadas. Ao falar da *Educação Popular de Freire*, Haddad e Di Pierro (2021, p.4) afirmam que este tipo de processo educativo pressupõe “o diálogo e o respeito pelo conhecimento do outro como constitutivos dos processos de ensino e aprendizagem.”

Grande parte dos autores nas pesquisas analisadas, ao colocar a responsabilização das dificuldades dos EES nos cooperados, podem não dialogar em suas análises com a perspectiva do pensamento de Paulo Freire. Culti (2006) traz a reflexão sobre as formas de atuação com pessoas de baixo nível escolar de maneira a entender que existe dificuldade na forma de abordagem dos técnicos de incubadoras e que eles não possuem certos *saberes necessários* e, portanto, justificam-se algumas falhas na continuidade de EES e não apenas nos trabalhadores solidários.

Iniciativas educacionais centralizadas nas necessidades de comunidades, que levem em conta o perfil dos educandos, podem propiciar a trabalhadores solidários um processo emancipatório. Segundo o dicionário online Priberam, *emancipação*³ significa *libertação, alforria*⁴ (liberdade concedida ao escravo pelo senhor). Por analogia, a emancipação então é fomentar a liberdade a quem está escravizado, fazer com que alguém se liberte de uma prisão. Mészáros (2008) e Gurgel (1986) defendem que emancipar os trabalhadores rompe com a lógica capitalista. A emancipação é um dos princípios da ES (Brasil, 2007). Conforme mencionado anteriormente, Adorno (2000) indica que a emancipação significa *conscientização* ou *racionalidade*, que atua, portanto, no sentido de *resistência*.

Resistência ao modo de produção capitalista: à exploração; ao desemprego; à miséria; à fome; a uma vida precária. Singer (2022) afirma que a ES atua na busca do bem-viver, não do consumismo, mas sim na boa relação com a família, amigos, colegas de trabalho e no trabalho que traga autonomia ao trabalhador para que ele/ela não seja subjugado e que possa “participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado” (2022, p. 128).

Acreditamos que Singer (2022, p. 128) define o que entendemos por emancipação enquanto a *liberdade* de poder viver sem ser à mercê dos ditames do capitalismo neoliberal na busca de “superar as tensões e angústias que a competição de todos contra todos acarreta”. A ES é uma alternativa de superação de dificuldades para as mulheres nesta sociedade patriarcal que estamos longe de superar⁵.

2.2 MULHERES, EMANCIPAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.

³ "**emancipação**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/emancipa%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 16-03-2023].

⁴ "**alforria**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/alforria> [consultado em 16-03-2023].

⁵ O Supremo Tribunal Federal (STF) em 1/8/2023 declarou **inconstitucional** por unanimidade o uso da tese da *legítima defesa da honra* em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres. Ela era utilizada para justificar o comportamento de acusados (que algumas vezes eram absolvidos), tais crimes eram tidos como *aceitáveis* se a conduta da vítima “ferisse a honra do agressor”. Adaptado de: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511556&ori=1#:~:text=A%20tese%20da%20E2%80%9Cleg%C3%ADtima%20defesa,ferisse%20a%20honra%20do%20agressor>.

Acesso em: 18 mar. 2024

Acreditamos que a Economia Solidária pode proporcionar a emancipação e/ou empoderamento⁶ de mulheres. As pesquisas encontradas mostram que muitas mulheres ao se juntarem a grupos de Economia Solidária (muitas vezes compostos apenas de mulheres) acabam por desenvolver atitudes que indicam certo grau de *emancipação*. Analisamos 9 do total de 47 pesquisas que trazem a discussão dos “tipos de emancipação” que ocorrem às mulheres, trabalhadoras solidárias. A figura 1 traz um quadro com os tipos que observamos nos trabalhos analisados.

Figura 02: Tipos de emancipação encontrados nas pesquisas, com as respectivas referências bibliográficas.

Autonomia	Tomada de decisão			Financeira		Criticidade
	Abreu (2020)	Mahmoud (2011)	Paulon (2010)	Oliveira (2021)	Mahmoud (2011)	
	Lopes (2021)	Souza (2022)	Souza (2022)			
Trabalho	Desalienação	Divisão de Responsabilidades Domésticas		Comercialização	Incubação (Segurança e Empoderamento)	
	Dal Magro (2006)	Mahmoud (2011)		Campos (2021)	Lopes (2021)	
Social	Comunitária (Territorial)			Histórica	Cidadania	Étnica, Cultural
	Souza (2022)	Oliveira (2004)	Oliveira (2021)	Oliveira (2004)		Oliveira (2021)
Pessoal	Autoestima		Autoconfiança		Gênero	Étnica
	Souza (2022)				Oliveira (2004)	Mahmoud (2011)
	Mahmoud (2011)					
	Oliveira (2004)					

Fonte: Elaboração própria em 2023, a partir de Oliveira (2004); Dal Magro (2006); Paulon (2010); Mahmoud (2011); Abreu (2020); Campos (2021); Lopes (2021); Oliveira (2021) e Souza (2022).

Agrupamos os tipos de emancipação em quatro categorias primárias: *Autonomia*, *Trabalho*, *Social* e *Pessoal*. A categoria *Autonomia* trouxe as categorias secundárias: tomada de decisão (Abreu, 2020; Lopes, 2021; Mahmoud, 2011 e Souza, 2022), autonomia financeira (Paulon, 2010; Souza, 2022 e Oliveira, 2021) e criticidade (Mahmoud, 2011). Sobre a categoria autonomia financeira, Souza (2022) afirma que dentre as conquistas da participação de mulheres na economia solidária está o fortalecimento de seu protagonismo em relação ao trabalho e, nesse sentido, o combate à *invisibilidade do trabalho feminino*. Segundo a autora “Ter seu próprio dinheiro, ter conta bancária em seu nome, contribui sobremaneira para o alcance da

⁶ De acordo com Berth (2019, p.23), o termo *empowerment* (empoderamento) foi “cunhado pelo sociólogo estadunidense Julian Rappaport em 1977, tem o seguinte significado: ‘o processo de ganhar liberdade e poder para fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você’”. Para a perspectiva de *empoderamento feminino*, segundo Batliwala (2018), este conceito nasce no movimento feminista de 1980, com as feministas de “terceiro mundo” – antes do nascimento da terminologia “sul global” – que estavam em desacordo com modelos de desenvolvimento apolíticos ou que desconsideravam as mulheres na perspectiva econômica. Nasce o conceito como crítica à “conscientização” de Paulo Freire que desconsiderou a subalternidade feminina frente ao elemento da “libertação” e outros conceitos como a “Subalternidade” em Antônio Gramsci e as Teorias Pós-coloniais.

autonomia”. E assim, “a conquista de reconhecimento e de condições mais igualitárias de trabalho” (Souza, 2022, p.89-90).

A categoria *Trabalho* possui as categorias secundárias: desalienação (Dal Magro, 2006); divisão de responsabilidades domésticas (Mahmoud, 2011); comercialização (Campos, 2021) e incubação (segurança e empoderamento) (Lopes, 2021). A fala de Campos (2021) traz a potencialização das feiras para mulheres que comercializam seus produtos no projeto *Solar da Praça* em São João del-Rei (MG). De acordo com a autora, “a possibilidade de uma emancipação do trabalho feminino e geração de renda, neste ambiente que também é de comercialização, afeta diretamente a realidade e autonomia financeira de mulheres” já que a feira é vista como “um local de empoderamento e realização, não só profissional, mas também pessoal” (Campos, 2021, p.95).

A categoria *Social* está subdividida nas categorias: comunitária (territorial) (Souza, 2022; Oliveira, 2004; Oliveira, 2021); histórica, cidadã, étnica e cultural (Oliveira, 2004) e política (Oliveira, 2021). Para Oliveira (2004, p. 72), mulheres que têm acesso à renda, à qualificação e à participação lhes é possibilitada “uma atitude de comprometimento, uma postura crítica, o reconhecimento da importância da ação de cada sujeito no processo de transformação, na busca por inclusão social, por cidadania”.

Oliveira (2004, p. 66) traz em seu texto tipos de “empoderamento” para as mulheres de Empreendimentos de Economia Solidária e define o termo como aumentar o poder sobre as decisões de sua vida, defender a especificidade feminina, luta por igualdade nas arenas de discussões deliberativas, que “se entrecruza com as dimensões de gênero, raça/etnia, classe, cultura, história. Defende o acesso a recursos, vantagens, informações, serviços e principalmente a participação das mulheres”.

Apesar das diferenças entre empoderamento e emancipação acreditamos que o empoderamento leva à emancipação. Acreditamos que a igualdade de decisão com direitos iguais entre homens e mulheres nos espaços deliberativos traz a perspectiva de um certo “empoderamento político” que conduz à emancipação política quando a autora afirma que os EES estimulam este empoderamento pois se fundam

[...] na articulação do binômio capital-trabalho, na apropriação coletiva dos meios de produção e dos resultados da produção, na prática da autogestão, na apreensão de todo o processo produtivo por todos os trabalhadores/as, na valorização de cada pessoa, na construção do coletivo, no compromisso com os outros trabalhadores, com as questões sociais e com a sustentabilidade ambiental (Oliveira, 2004, p.73).

Oliveira (2021, p. 54) diz que “diálogos e trocas entre os professores e alunos” com agricultores familiares a partir de um projeto de extensão na cidade de São Pedro/SP “favoreceu para o empoderamento político, econômico e social da comunidade”. O projeto estimulou para que os familiares pudessem reconhecer os papéis entre homens e mulheres e a “buscarem meios de melhorias nos serviços públicos municipais de educação, saúde e de produção.”

Federici (2022, p. 18) afirma que as mulheres, a partir do feminismo, resolveram “arrebatar a economia, que é, entre todas as disciplinas, a mais próxima das estruturas de poder que dominam nossa sociedade”. A partir das ideias do feminismo nasceu uma proposta que não se constitui em um novo ramo da economia, mas sim “uma outra maneira de entender o mundo” (Bengoa; Corral, 2022, p. 9).

Por fim, a categoria *Pessoa* está subdividida em: autoestima, autoconfiança (Souza, 2022; Mahmoud, 2011; Oliveira, 2004), gênero, étnica (Oliveira, 2004) e conhecimento (Mahmoud, 2011). A autora Mahmoud (2011) trata em sua pesquisa da Associação das Mulheres Agroecológicas do Vergel (AMA), cujas mulheres residem em um assentamento localizado no Horto Vergel, entre os municípios de Mogi Mirim e Itapira, no interior de São Paulo (SP). A autora analisa como o *conhecimento* pode empoderar (ou emancipar) as mulheres:

[...] o grupo de mulheres ao longo dos anos de 2009 e 2010 participou de diversos cursos, feiras agroecológicas, intercâmbios de experiências, fóruns. Nestes eventos o grupo pode adquirir mais conhecimento sobre a agroecologia, tiveram oportunidade de trocar experiências e saberes, nas muitas conversas e observações elas puderam desenvolver uma visão mais crítica. Esse intercâmbio de experiências e saberes em agroecologia vêm se mostrando como uma importante ferramenta no processo de empoderamento, onde elas adquirem mais conhecimento e se fortalecem como grupo (Mahmoud, 2011, p.45).

Para Siliprandi (2015, p. 93), “a agroecologia se apresenta como uma proposta que rompe os domínios de uma ciência estanque, e propõe a incorporação de outros sujeitos sociais (que não o “cientista”)”. Apesar da invisibilização, a autora afirma que “o ativismo das mulheres no movimento de justiça ambiental e no ecologismo dos pobres tem sido significativo e muitas vezes determinante” (Siliprandi, 2015, p. 99).

Castro e Abramovay (2005) trazem a perspectiva feminista como um dos pontos a serem considerados numa concepção de desenvolvimento sustentável e na busca de uma sociedade mais justa, igualitária e mais saudável a partir de uma compreensão agroecológica. As autoras afirmam que há uma efetiva participação das mulheres em educação ambiental em universidades (graduação e pós-graduação), escolas, projetos, e há inúmeros casos que apontam que mulheres “teriam voltado a cultivar plantas e ervas alimentícias e medicinais, resgatando o saber popular acumulado” (Castro; Abramovay, 2005, p. 82), como a luta política das quebradeiras de coco de Babaçu, que reúne mais de 300 mil trabalhadoras rurais.

De acordo com Macedo e Souza (2021), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) é formado por milhares de mulheres agroextrativistas que atuam nos estados do Piauí, Tocantins, Maranhão e Pará. Vale ressaltar que esse movimento tem um viés étnico-racial haja vista que traz em sua composição participantes camponesas, quilombolas, indígenas e sertanejas que residem em terras devolutas, assentamentos de reforma agrária, aldeias indígenas e comunidades quilombolas. Seu marco inicial foi o I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu em 1991 (São Luís/MA), importante articulação política

que buscou dar visibilidade “às situações de conflito, como a grilagem de terras e a prisão do coco” (Macedo; Souza, 2021, p. 221).

Devemos, pois, valorizar a diversidade de cada cultura e levar em conta, por exemplo, a equidade e valorizar o trabalho feito por mulheres – elas que tem participação significativa na economia solidária (Singer, 2022). Esse autor defende que a “diversidade cultural vem enriquecendo a economia solidária” na medida em que traz a convivência com “povos que cultuam os valores da economia solidária em função de suas próprias tradições, transmitidas de geração a geração há muitos anos” (Singer, 2022, p.252).

Silva, Oliveira e Correa (2018) afirmam que a ES traz diversos benefícios para as mulheres que fomentam a emancipação como: resgate da autoestima, autonomia financeira, valorização do trabalho feminino e implantação de políticas públicas específicas para mulheres.

a economia solidária deve ter um sentido e merecer que nos interessemos por ela, não é apenas pelas ações que ela realiza no cotidiano; é também, e talvez sobretudo, por sua capacidade de contribuir para mudanças institucionais mais favoráveis às mulheres, contribuição que passa tanto por sua participação na elaboração de políticas públicas como por sua aptidão para fazer evoluir os sistemas de representações (Guérin, 2005, p.217).

De acordo com Nobre (2004, p. 330), a participação das mulheres na economia solidária nasce com a “consciência da invisibilidade, marginalização e não reconhecimento do papel da mulher”. Segundo a autora, é bem comum que mulheres formem grupos a fim de que gerem renda para sua família ou para viabilizar a existência de seus coletivos ou mesmo para justificar sua ausência fora de casa, que é o lugar que se espera que elas ocupem. A autora afirma que, apesar de haver lacuna de dados sobre mulheres e economia solidária, havia uma iniciativa de um grupo de mulheres negras na cidade de São Paulo (SP) denominado de *Oriashé*⁷, que, ao se consolidar como grupo de percussão de mulheres, acabou se “embranquecendo.” A autora afirma também que à medida que os grupos de mulheres conseguem mais apoio e financiamento eles vão se “masculinizando.”

De acordó com Nobre (2004) “*La conciencia colectiva del grupo acerca de su propósito de fortalecer a las mujeres negras llevó a que ampliaran sus estrategias, creando un núcleo en un barrio de la periferia, diversificando sus actividades*”⁸ (Nobre, 2004, p. 330). Diversificar as atividades foi o meio pelo qual as mulheres buscaram enfrentar as desigualdades impostas pelo modo de produção capitalista de ideologia neoliberal.

⁷ De acordo com Mendonça (1993, p. 48), “O *Oriashé* tem como forma de luta contra o preconceito a divulgação e valorização da cultura negra, partindo das manifestações artísticas. Através de sua atuação, as participantes do bloco acreditam que podem fazer as pessoas entenderem o modo de ser do negro e respeitarem o seu modo de agir, andar, falar, cantar, deixando de considerá-lo ‘marginal’ ou ‘exótico’.”

⁸ A consciência coletiva do grupo acerca de seu propósito de fortalecer as mulheres negras fez com que elas ampliassem suas estratégias, criando um núcleo em um bairro da periferia, diversificando suas atividades (tradução nossa).

Nanã *et al.* (2021, p. 32-33) afirmam que terreiros de religiões de matriz africana possuem há séculos “rede de circuitos econômicos, comunitários e solidários e como fonte de segurança alimentar para suas comunidades” sem terem quaisquer benefícios nem das IES nem do governo ou outras iniciativas privadas. Parcerias com IES e outras instituições podem fomentar as práticas de Economia Solidária e possibilitar assim “sustento, geração de renda e continuidade da cultura ancestral”, algo inédito para muitas pessoas pretas. Tais iniciativas podem facilitar o acesso desses locais às políticas públicas a partir da visibilização dessa cultura e religiões e ajudando, portanto, a combater as desigualdades.

O perfil das lideranças de terreiro é de alta vulnerabilidade social, composta em sua maioria por mulheres negras, de baixa escolaridade e renda mensal. Apesar deste marcador, é através dos terreiros que muitas famílias garantem o alimento. É importante salientar que a doação atende, destacadamente, as comunidades externas e sem vínculo religioso (Nanã *et al.*, 2021, p. 44).

Os autores afirmam que a prática da solidariedade e o comércio nos terreiros são uma tradição, além do respeito ao próximo e à natureza. Dentre os itens de comercialização citados encontram-se roupas, acessórios, tecidos, costuras, grãos, animais, dentre outros. Os clientes são os próprios frequentadores – o que movimenta a economia.

A autora visitou terreiros na cidade de São Paulo a partir do projeto de extensão intitulado *Projeto Cabaça: comunidades de matriz africana e economia solidária* da UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo campus Leste – que os autores declaram não ser incubação, mas sim o registro de epistemologias do povo preto, das vivências econômicas das Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro) das religiões de matriz africana – Candomblé, Umbanda, Jurema, Terecô, Tambor de Mina no Maranhão, e os Xangôs de Pernambuco, dentre outras – que “precisam se construir ou se ressignificar, trata-se do encontro, diálogo e, portanto, troca de saberes a respeito” (Nanã *et al.*, 2021, p. 11).

Segundo Bengoa e Corral (2022, p. 24), “conhecimento é poder, é um antídoto contra o medo, o tipo de medo que hoje está se apoderando de muitas pessoas”. As autoras defendem uma alternativa à destruição capitalista e neoliberal que é ainda mais radical: a *Economia Feminista*, que, segundo elas, traz a perspectiva de um outro tipo de economia e não um ramo dela. A Economia Feminista combate à exploração de vidas humanas e da natureza e as desigualdades geradas pelo capitalismo de ideais patriarcais; inclui a proposta de distribuição dos trabalhos de cuidado humano não só com as mulheres e quer reconhecer esses trabalhos e o trabalho doméstico como parte da economia.

Todo o processo de emancipação ou empoderamento de mulheres com o trabalho na ES pode significar o acesso delas à cidadania. Oliveira (2005, p. 4) afirma que quando se amplia o acesso dessas mulheres à cidadania se valoriza sua história e suas lutas para reivindicar seus direitos além de inseri-las nos processos decisórios “no combate à discriminação, ao machismo, à dupla jornada de trabalho, haja vista que homens e mulheres vivenciaram e vivenciam trajetórias históricas, culturais, sociais, políticas diferenciadas”.

A ES caracteriza-se como espaço privilegiado de possibilidade de emancipação de mulheres, já que “possibilita não apenas a inclusão produtiva de grupos marginalizados e excluídos, mas, acima de tudo, permite a (re)significação do trabalho e do lugar ocupado por essa mulher na sociedade [...]” (Mundim; Teodósio, 2011, p. 109). Para Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2014, p. 14), os empreendimentos de economia solidária compostos por mulheres seguem na perspectiva de emancipação, já que possuem o papel de fazer ponte entre os EES e os governos (municipais, estaduais e/ou federal) na busca pela institucionalização dessas práticas e divulgá-las ao poder público trazendo suas possíveis “necessidades não reconhecidas em uma escala maior, pesar na elaboração das políticas públicas ou de medidas legislativas e regulamentarias, ou ainda modificar as regras do jogo do mercado”.

Félix, Costa e Souza (2018) realizaram uma pesquisa de EES no estado do Rio Grande do Norte atendidos pelo *Projeto GerAção Solidária – Mulheres e Jovens na Economia* que buscou fortalecer a ES no estado e ampliação do trabalho e renda de mulheres e jovens, o projeto possuía dois núcleos de atendimento: Natal e Mossoró e foi realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) em parcerias com a Fundação de Apoio a Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A pesquisa das autoras se concentrou no Núcleo do IFRN campus Natal Central. As autoras aplicaram questionários para 30 (trinta) Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) atendidos pelo projeto no núcleo IFRN-Natal, no período de 2017.1.

Os resultados encontrados na pesquisa mencionada foram de dificuldades nos EES de comercialização por falta de capital de giro em 46% deles (14 respostas); custo do transporte 33% (10); e formalização (registro legal dos EES) em 30% (9). Outros desafios apontados pelas autoras são de geração de renda para as trabalhadoras e na viabilidade econômica do empreendimento e na dificuldade de contato com outros empreendimentos e estarem inseridos na rede local (Félix, Costa e Souza, 2017).

Foi a partir do projeto GerAção Solidária que o IFRN deu o passo inicial para criação da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN (IFSol/IFRN) que teve seu regimento aprovado em 2018 e em 2023 contava com 13 núcleos⁹. A IFSol é uma incubadora de empreendimentos econômicos solidários que dá assessoria e cooperação às cooperativas populares e ainda à incubadoras de cooperativas populares (IFRN, 2018).

De acordo com Fischer e Krebs (2023) a Lei 11.892/2008, que instituiu a RFEPCT, estipula que os Institutos Federais de Educação se vinculam aos territórios e promovem o desenvolvimento social, dentre as finalidades dos IFs está a pesquisa e a extensão. As autoras afirmam que estudos que relacionam os IFs à ES apontam que “as ações se concentram na extensão e nas incubadoras sociais ou tecnológicas de Cooperativas Populares” (Fischer e Krebs, 2023, p.4).

⁹ A composição das coordenações e os núcleo da IFSol/IFRN estão na Portaria Nº 914/2023 - RE/IFRN de 01/06/2023 disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/8789/Boletim_de_servi%C3%A7o_-_Junho_de_2023.pdf.

Baseadas em outras autoras Fischer e Krebs (2023) afirmam que a partir da concepção de educação dos IFs cujos pressupostos estão na formação humana integral, no trabalho como princípio educativo e na *politecnia*¹⁰ “guarda semelhanças significativas com o projeto de sociedade reivindicado pelo movimento de Economia Solidária” (Fischer e Krebs, 2023, p.4). Elas apontam ainda outros autores que afirmam que os institutos auxiliam no fortalecimento dos EES ajudando na formalização e no empoderamento dos trabalhadores (Fischer e Krebs, 2023).

Consideramos que a perspectiva de gênero deve ser levada em conta no que diz respeito às políticas públicas, principalmente na ES, Andrade (2009) aponta que as mulheres possuem lacunas de pesquisas oficiais no que diz respeito à ES e em uma dessas análises oficiais elas representam a maioria dos Empreendimentos de Economia Solidária com menos trabalhadores e com mais informalidade. O que não difere dos dados oficiais sobre o trabalho formal no Brasil. Andrade (2009, p. 161) afirma que, a respeito das ações formativas em ES, “não há hegemonia desse espaço como lócus privilegiado da inserção de gênero na economia solidária”. A autora criticou também que na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) não havia representantes femininas e que, além de um contrassenso, isso representa um impeditivo de que as políticas nacionais de economia solidária apontem para um viés de políticas de gênero e ameaça, portanto, o princípio da equidade entre homens e mulheres defendido pela ES.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ES pode ser uma alternativa para a emancipação de mulheres principalmente no que diz respeito às políticas públicas que fomentem assessoramento, financiamento, capacitação e formação tanto de trabalhadoras solidárias quanto das equipes técnicas envolvidas nas incubadoras. A partir de uma educação popular voltada a valorização dos saberes oriundos das comunidades e das mulheres inseridas há de facilitar os EES na busca por sua autonomia e autogestão.

Para Guérin (2005) os grupos de mulheres facilitam com que elas acessem financiamentos que individualmente seriam inacessíveis e estes EES são espaços de existência feminina que funcionam como “suportes da emancipação individual, até mesmo como verdadeiros modos de acumulação econômica e de acesso ao poder” (Guérin, 2005, p.24). É importante frisar ainda que as *políticas públicas* são importantes para garantir o acesso destas trabalhadoras ao crédito, a editais que fomentem a economia solidária, a assessoria nos cadastros dos EES e na oferta de formações e eventos nos quais se incentive o comércio e o encontro desses EES com seus consumidores garantindo também transporte e propiciando que essas trabalhadoras se livrem dos atravessadores que lucram ofertando transporte ou levando os produtos para outros locais.

A ES necessita de um “pontapé” inicial e, portanto, é primordial que a gestão pública ofereça o *fomento* a estes EES. Não se pode realizar a venda de produtos sem a matéria prima, sem espaços de comercialização, sem transporte e para isso as

¹⁰ De acordo com Machado (2020, p.19) no que se refere à politecnia “a aplicação desse princípio não exige que se ensine tudo, mas que se atenha aos princípios fundamentais subjacentes à moderna indústria em geral”.

pessoas de maior vulnerabilidade social necessitam de verba, de oportunidades, de espaços, de transporte e isto tudo vem do fomento e de políticas públicas específicas para a ES.

Cada um dos *princípios* da economia solidária deve ser observado não só nas práticas dos trabalhadores, mas também na capacitação ofertada. Sem a justa observação desses princípios não há de se falar em Economia Solidária, mas sim uma economia que busca ainda se desvencilhar dos ideais capitalistas e neoliberais, mas que não consegue. No que se refere ao princípio da valorização da diversidade, da justiça social, da democracia, da emancipação não podemos esquecer que temos que nos desvincular das ideais patriarcais, machistas e misóginas dentro dos EES. A economia solidária necessita trabalhar na luta anti-hegemônica e a contra a invisibilização e discriminação social enfrentada pelas mulheres, sobretudo a mulher negra.

Esse tipo de economia é uma forma de lutar contra as desigualdades sociais, contra a fome, a pobreza e a exclusão social e pode atuar como forma de *emancipação e empoderamento*, sobretudo de mulheres. A ES pode contribuir com a economia e fazer com que haja uma possível solução contra o desemprego. Nesse sentido, a Economia Feminista tem grande potencial de transformação social se articulada com a Economia Solidária.

A ES atua como forma de transformar a vida de mulheres e propiciar um aumento de autonomia, empoderamento, emancipação. A partir de iniciativas de ES elas podem se juntar em coletivos e buscar discutir os problemas inerentes a seu gênero, trabalhar sua cidadania e reivindicar ao poder público políticas públicas para suas demandas. Faz-se necessário ainda haver mulheres em cargos de gestão nacional de políticas de economia solidária a fim de que se tenha uma preocupação com questões de gênero, principalmente no que se refere às mulheres.

Nossa pesquisa buscou elaborar um estado do conhecimento, analisando trabalhos acadêmicos que tratam de ES, com foco nas atividades desenvolvidas por mulheres e evidenciar os principais temas que emergem desses trabalhos, elaborando, a partir deles, categorias que evidenciam aspectos de emancipação e empoderamento feminino que se constituem a partir das experiências de ES. Não pretendemos esgotar as discussões a esse respeito e desejamos que mais pesquisadores possam ir em busca de respostas às questões que envolvem as mulheres e a economia solidária. Sugerimos que mais pesquisas possam ser realizadas sobre a *Economia Solidária Feminista*, campo de discussão que possui pouquíssimos trabalhos publicados e que pode contribuir na consolidação deste campo teórico.

REFERÊNCIAS

ABEGÃO, Luís Henrique. Incubação: acionando o dinamismo da reciprocidade. *In*: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (org.). **Inclubadoras tecnológicas de economia solidária: concepção, metodologia e avaliação**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. v. 1. Disponível em: <http://www.editora.ufrj.br/DynamicItems/livrosabertos-1/Incubadoras-Tecnologicas-v1.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

ABREU, Tatiana Losano de. **Contribuições para a formação omnilateral de caráter emancipatório dos empreendimentos econômicos solidários.**

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). João Pessoa (PB): IFPB, 2020. 143 p. Disponível em: <https://curtlink.com/yULFVRHF> Acesso em: 14 mar. 2023.

ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim. Apresentação. O conceito Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. In: ADDOR, Felipe e LARICCHIA, Camila Rolim (org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: Concepção, metodologia e avaliação.** v. 1. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. Coleção Pesquisa, Ação e Tecnologia n.4.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação.** Trad. de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ANDRADE. P. M. A economia solidária é feminina? A Política Nacional de Economia Solidária sob o olhar de gênero. **SER Social**, [S. l.], v. 10, n. 23, p. 1–31, 2009. Disponível em: <https://curtlink.com/UTGvn0bZ> Acesso em: 7 ago. 2023.

BENGOA, Cristina Carrasco; CORRAL, Carme Díaz (org). **Economia Feminista: desafios, propostas e alianças.** – São Paulo: Jandaíra, 2022. 176 p. 21 cm. ISBN 978-65-87113-68-5.

BERENICE, BENTO. O que é transexualidade. **São Paulo: Brasiliense**, 2008.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2019. (Feminismos Plurais).

BATLIWALA, Srilatha. *Putting power back into empowerment.* Disponível em: <https://acesse.dev/8egpf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Economia Solidária, outra economia acontece:** Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007. 36p. Disponível em: <https://curtlink.com/4SNq9C9L> Acesso em: 16 ma. 2023.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** [tradução Renato Aguiar] – 21ª. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CAMPOS, Anelisa de Assis. **“FEIRA – OCUPAÇÃO” Um estudo de caso sobre mulheres e relações sociais solidárias no espaço público: O Solar na Praça – Feira Livre.** Dissertação (Mestrado). Lavras (MG): UFL, 2021. 135 p. Disponível em: <http://177.105.2.185/handle/1/48697> Acesso em: 14 mar. 2023.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente.** [s.l.] Capítulo II: ONGs de Movimento de Mulheres. UNESCO. 2ª ed. Revisada e Ampliada. São Paulo: Cortez, 2005. pp. 79-122.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte. Prefácio. *In*: MACÁRIO, Eptácio; DIAS, Edilyanne; MEDEIROS, Richelly Barbosa de; ALEXANDRE, Tainara (org.). **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo.** – 1. ed. – Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

CULTI, Maria Nezilda. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários.** São Paulo/SP: 2006. 206 págs. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP. Disponível em: <https://curtlink.com/ruWaQzp1> Acesso em: 14 mar. 2023.

CULTI, Maria Nezilda. Economia solidária: incubadoras universitárias e processo educativo. **Proposta: Revista Trimestral de Debate da Fase**, Rio de Janeiro, ano. 31, n. 111, p. 17-22, 2007. Disponível em: <https://curtlink.com/uM4HtwNb> Acesso em: 05 fev. 2023.

DAGNINO, Renato. Apresentação. *In*: DAGNINO, Renato (org). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.** – 2. ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Komedi, 2010.

DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit. **Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Florianópolis (SC): UFSC, 2006. 118 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88451> Acesso em: 14 mar. 2023.

FEDERICI, Silvia. Economia Feminista entre movimentos e instituições: possibilidades, limites e contradições. *In*: BENGGOA, Cristina Carrasco. & CORRAL, Carne Díaz (org). **Economia Feminista: desafios, propostas e alianças.** – São Paulo: Jandaíra, 2022. 176 p. 21 cm. ISBN 978-65-87113-68-5.

FELIX, Maria das Dores Lopes da Silva Ferreira; COSTA, Maria Teresa Freire da; SOUZA, Luana Campos Gines Lorena de. Projeto GerAção Solidária: mulheres e jovens na economia solidária como alternativa para ampliação do trabalho e renda

em Natal – RN. *In*: BRASIL, Deusimar Freire *et al* (org.). **Autonomia das Mulheres: dados, contribuições e estratégias para a inserção e permanência das mulheres do Rio Grande do Norte no mundo do trabalho**. Natal (RN): Editora Caule de Papiro, 2018. ISBN 978-85-92622-34-3.

FISCHER, Maria Clara Bueno; KREBS, Josiane Roberta. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a formação para o trabalho associado e autogestionário: discutindo potencialidades. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15317/3718>. Acesso em: 19 mai. 2024.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. [Tradução de Kátia de Mello e Silva]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo (SP): Edições Loyola, 2005.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação**. Cortez, 1986.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Considerações sobre Educação Popular e escolarização de adultos no pensamento e na práxis de Paulo Freire. **Educação & Sociedade**, v. 42, n. Educ. Soc., 2021 42, pP.1-18. Disponível em: <https://curtlink.com/XrK3kcEt> Acesso em: 15 mar. 2023.

HILLENKAMP, Isabelle. Os universos da Economia Solidária: economias morais e relações sociais na região sul-americana. *In*: SOUZA, André Ricardo de; ZANIN, Maria (org.). **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: EDUFSCar, 2017. 266 p.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. A economia solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. **Revista de Economia Solidária**, Ponta Delgada, n. 7, p. 5-43, out. 2014. Disponível em: <https://curtlink.com/oOvEspY2> Acesso em: 07 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Deliberação nº 26 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPEX)**, dispõe do Regimento da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFSOL/IFRN) 19/11/2018. IFRN, 2018. Disponível em: <https://curtlink.com/ODW>. Acesso em: 18 mai. 2024.

LOPES, Fernando Antônio dos Santos. **A economia solidária na extensão universitária**: um estudo de caso sobre a atuação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes (RJ): UENFDR, 2021. 156 p. Disponível em: <https://curtlink.com/2htXKG4s> Acesso em 11 mar. 2023.

MAAR, Wolfgang Leo. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. *In*: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Trad. de Wolfgang Leo Maar. – 2ª edição revisada –. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

MACEDO, Greice Adriana Neves e SOUSA, Igor Thiago Silva de. Mulheres negras e não-existência: quebradeiras de coco babaçu e reflexões críticas sobre o mundo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 13, n. 36, p. 218–244, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1224> Acesso em: 29 jul. 2023.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politecnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 18, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575>. Acesso em: 19 mai. 2024.

MAHMOUD, Aida Gamal Eldin. **Transição agroecológica**: estudo de caso da associação das mulheres – AMA Vergel. – São Carlos: UFSCar, 2011. 109 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/104>. Acesso em 11 mar. 2023.

MENDONÇA, L. F. M. As Mulheres Negras do Oriashé: música e negritude no contexto urbano. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 47-62, 1993. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v3i3p47-62. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50584> Acesso em: 27 jul. 2023.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. [tradução Isa Tavares]. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.

MUNDIM, Fernanda de Lazari Cardoso; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. (Des)caminhos e encruzilhadas das mulheres na outra economia: um estudo de caso no assentamento rural Pastorinhas. **Revista Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v.5, n.11, p. 104-120, 2011. Disponível em: <https://curtlink.com/Zi8c0gy4> Acesso em: 07 ago. 2023.

NANÃ, Iyá Adriana de (Org.). CARMO, Elaine S.; FRANCO, Paulo R. A.; SANTOS, Laissa S.; CORDEIRO, Larissa; SILVA, Thabata L. M. S.; SOUZA, Samira S.S.; XAVIER, Eric A.; (coautores). **Exu, cabaça e a prosperidade**: uma proposta de economia de terreiro [livro eletrônico]. São Paulo (SP): Ed. dos Autores. 2021. Pdf. 60 p.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo (SP): Jandaíra, 2021. Feminismos Plurais / coord. Djamila Ribeiro. ISBN: 978-65-87113-46-3.

NOBRE, Miriam. Mujeres en la economía solidaria. In: CATTANI, Antônio (Org.). **La otra economía**. Argentina: Fundación OSDE. 2004.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Florianópolis (SC): UFSC, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87324> Acesso em: 11 mar. 2023.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Gênero**, v.5, n.2, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31145> Acesso em 07 ago. 2023.

OLIVEIRA, Pâmela Hélia de. **As flores do bairro rural peroba do município de Itajubá (MG) falam sobre experiências vividas em projetos de extensão**. Dissertação (Mestrado). Itajubá (MG): UNIFEI, 2021. 118 p. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/handle/123456789/2377> Acesso em: 11 mar. 2023.

PAULON, Graziely Berenice Fernandes dos Santos. **Tecendo a igualdade**: reflexões sobre gênero e trabalho na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS (2000-2008). Dissertação (Mestrado em História). Dourados (MS): UFGD, 2010. 229

p. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/332> Acesso em: 11 mar. 2023.

PEREZ, Caroline Criado. **Mulheres invisíveis**: O viés dos dados em um mundo projetado para homens. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2022. 400 p.

PÉRIVIER, Hélène. **A economia feminista**: por que a ciência econômica precisa do feminismo e vice-versa. [Trad. Maria Alice Doria; Prefácio de Thomas Piketty]. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023. 184 p. p.15-23.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017, 64 pp.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado violência** – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Rafaelle Amado da; OLIVEIRA, Verônica Macario de; CORREIA, Suzanne Érica Nóbrega. Impactos da participação de mulheres em iniciativas de economia solidária no Cariri Paraibano. **Race: revista de administração, contabilidade e economia** vol. 17, n. 3. Joaçaba (SC): 2018. pp. 851-866. Disponível em: <https://curtlink.com/sJpU8ZE0> Acesso em: 29 jul. 2023.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. pp. 81-130.

SINGER, Paul. Apresentação. *In*: VARANDA, Ana Paula de Moura, e CUNHA, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva. **Diagnóstico e Impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares**. Rio de Janeiro: FASE. 2007. 60 p.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**: introdução, história e experiência brasileira. Paul Singer; organizado por André Singer, Helena Singer, Suzana Singer. – São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2022.

SOUZA, Cristiane Reis de. **Mulheres, Trabalho e Economia Solidária**: Estudo de caso da Associação de Agricultoras de um Município do Campo das Vertentes de Minas Gerais. Dissertação (mestrado profissional). Lavras (MG): UFL, 2022. 99 p. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/50280> Acesso em: 13 mar. 2023.